

Economia Brasil

# Estudo confidencial mostra opções do novo Governo

**BRASÍLIA** — Caso o próximo Governo continue com o atual programa de ajustamento da economia, somente em 1990 a renda per capita do País retornará aos níveis de 1980 (US\$ 2.383). O Produto Interno Bruto (PIB) vai crescer a uma média de 4,5 por cento no período de 1985/1990, mas essa taxa não será suficiente para absorver a mão-de-obra que ingressa anualmente no mercado de trabalho, aumentando o desemprego. A expectativa é de que o chamado "mercado informal" ou "economia invisível" (emprego não regulamentado) cresça de 24 milhões para 36 milhões de pessoas nesse período.

As previsões constam de estudo elaborado pelo Departamento de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que circula, com o carimbo de reservado, pelos gabinetes do Ministério do Planejamento, em Brasília. Com o título de "Cenários para a economia brasileira", o documento analisa duas opções econômicas para o próximo Governo.

A primeira prevê a manutenção da atual política de ajustamento da economia, enquanto a segunda alternativa contempla a retomada do crescimento econômico, que tem como pressuposto básico uma renegociação mais generosa e mais longo prazo da dívida externa.

A primeira opção (a retomada do crescimento econômico) estima um crescimento médio do PIB de sete por cento ao ano, no período 1985/90. Desta forma, a renda per capita de 1980 seria recuperada em 1987 e o aumento do nível de emprego seria suficiente

para absorver o crescimento vegetativo e ainda absorver parcela considerável dos desempregados e subempregados do período recessivo.

Em ambas as alternativas, as exportações brasileiras cresceriam uma média de 6,2 por cento ao ano. A diferença, contudo, estaria no fato de que os saldos da balança comercial seriam maiores na opção de manutenção da política de ajustamento, passando de US\$ 15,2 bilhões já no próximo ano para US\$ 21 bilhões ao final de 1990. No caso da retomada do crescimento, esses superávits passariam de US\$ 15,7 bilhões (1985) para US\$ 18,9 bilhões (1990).

Outra diferença é que na primeira opção o Brasil começaria a pagar os juros e parte do principal de sua dívida externa a partir de 1988, enquanto o volume total da dívida permaneceria em US\$ 102 bilhões até o final de 1990. Na opção da retomada do crescimento, seria possível pagar integralmente os juros de 1985 e, a partir do ano seguinte, já haveria folga suficiente para, inclusive, amortizar parte do principal. A dívida final de 1990 seria de US\$ 80 bilhões, bem abaixo dos atuais US\$ 100 bilhões.

Outra questão levantada é que para obter uma retomada do crescimento econômico serão necessários: redução dos juros da dívida, pela eliminação ou diminuição drástica dos spreads (taxa de risco), fixação de carência e prazos longos para amortização do principal, e estabelecimento de uma taxa de juros máxima a ser paga, capitalizando-se o excedente, quando necessário.

